



FINANCIAMENTOS VIA BNDES: IMPERIALISMO OU INTEGRAÇÃO?

Thiago Monteiro Dias Rocha¹

RESUMO

O BNDES, banco criado com o intuito de fortalecer o desenvolvimento de empresas brasileiras, teve sua atuação estendida à internacionalização de empresas, logo, se tornou um instrumento de política externa brasileira, principalmente durante os governos do ex-presidente Lula, que ao tentar retomar o crescimento econômico e elevar a posição mundial do Brasil à nível de nações mais desenvolvidas, optou pela alternativa de investir no desenvolvimento de empresas no exterior. Sendo assim, este artigo visa analisar os limites da atuação do serviço específico de financiamento de empreiteiras sob a ótica dos conceitos de 'Integração Regional' e 'Imperialismo'.

Palavras-chave: BNDES, Integração Regional, Imperialismo,

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi criado em 1952 com o intuito de financiar e investir no desenvolvimento de empresas do Brasil, sendo uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (Estatuto Federal, BNDES).

Apesar de ser um banco direcionado ao desenvolvimento de empresas brasileiras, sua atuação não se limita às suas fronteiras, tendo, desde 1998, atuado no fomento à exportação e produção de bens e serviços por meio de financiamentos a empresas brasileiras no exterior.

O serviço oferecido pelo BNDES a ser abordado neste artigo é o pós-embarque, cujo o ponto focal do financiamento é o pagamento antecipado para as empresas brasileiras levarem seus bens e serviços para os países parceiros, que posteriormente deveria ser pago pelo país importador.

A partir deste serviço, o artigo visa analisar o uso dos serviços a partir do Paradigma do Estado Logístico de Amado Luiz Cervo, e em consequência disso entender a natureza de tais investimentos como uso instrumental de política externa, e definir, ao analisar as consequências, em que característica se encaixa o instrumento brasileiro (Cervo, 2008).

O Paradigma do Estado Logístico, perceptível principalmente no governo Lula, foi uma alternativa encontrada para reverter o cenário econômico deixado pelas políticas neoliberais, que expuseram a indústria deixando-as vulneráveis com a competição externa.

Esta proposta teria como objetivo aproveitar os resquícios da tentativa de liberalização da economia, como a modernização e o aumento da produção, com o retorno do auxílio estatal, que outrora havia sido dispensado. Em outras palavras, o Estado se tornaria o responsável por garantir condições favoráveis para a economia internamente, e o mais importante para esta análise, garantir por meio de políticas públicas a competitividade do empresariado no cenário internacional.

O BNDES sempre esteve em constante contato com o mercado externo, pois desde 1998 os países que utilizaram o mecanismo do banco brasileiro foram Angola, Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, Gana, Guatemala, Moçambique, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, sendo investidos \$12.704.939.679,98 nas empresas atuantes (Federal, Consulta a financiamentos à exportação brasileira para obras no exterior, 1998-2015)².

Internamente, as empresas que mais utilizaram o benefício foram Construtora Norberto Odebrecht S/A

(496 financiamentos), Construções E Comércio Camargo Correa S/A (73 financiamentos) e Construtora Andrade Gutierrez S/A (23 financiamentos). Enquanto que os países que mais tiveram atuações de empresas brasileiras por meio do BNDES foram Argentina (440 vezes), Angola (86 vezes) e Uruguai (34 vezes).

Abaixo é possível visualizar em dólares (USD) os cinco países que mais obtiveram financiamentos por meio de empresas brasileiras em termos de valor monetário. Nações como a Angola e Venezuela se destacam por terem recebido menos serviços, mas com altos valores.

Tabela 1.



Fonte: BNDES, Acesso Outubro 2020,.

Segundo o diplomata Paulo Roberto, durante o governo petista, mais precisamente durante o 2° mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o BNDES se tornou um dos instrumentos de política externa brasileira, e os dados acima servem de comprovação para tal argumento. Afinal, seguindo o Paradigma de Estado Logístico, nada mais previsível

do que uma entidade pública oferecer suporte ao desenvolvimento de sua indústria.

A intenção, segundo o diplomata, era de assumir uma liderança anunciada ante os países em desenvolvimento com um direcionamento sutil para a América do Sul. Durante reunião com os então diretores de Itaipu, Lula disse "é impressionante como todos esses países estão quase a exigir que o Brasil lidere a América do Sul." (Estadão, 2008).

Após tal declaração gerar certo desconforto nas relações diplomáticas, Lula seguiu o resto de seu mandato sem mencionar novamente a liderança brasileira, fazendo políticas com um certo ar de integração regional, tentando escapar da rivalidade que sua declaração ora tinha levantado.

Andrew Hurrell define como um tipo de integração regional³ aquela em que o governo busca interagir com outros Estados, gerando cooperação com o intuito de gerar algum benefício para ambos os lados, ou então resolver problemas compartilhados pelas partes. Ademais, para Darcy Ribeiro (1996), conforme citado por Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Júnior (2010), a integração regional seria importante para que os países da região escapassem do imperialismo americano.

O discurso do Brasil sobre o BNDES seguia essa lógica, uma política que ajudaria as empresas brasileiras a se internacionalizarem gerando capital em nossa economia e, ao mesmo tempo, ajudaria países parceiros com a resolução de problemas de infraestrutura.

Seguindo essa narrativa, empresas brasileiras foram conquistando espaço, por certo tempo as empresas Camargo Corrêa e Odebrecht chegaram a assumir o comando de hidrelétricas na República Dominicana. Na Argentina, a Camargo Corrêa adquiriu a maior fábrica de cimento do país e a Odebrecht foi contratada para construir gasodutos⁴. Como citado nos dados acima, os investimentos brasileiros nesses países ultrapassaram cerca de R\$ 12 bilhões, tendo entre os 5 mais investidos, 4 países latino-americanos, sendo esse um grande indicativo de integração regional.

No entanto, o programa começou a impulsionar de maneira tão intensa as empresas brasileiras que, em certos países, as empresas nacionais não conseguiam competir e cediam ao avanço brasileiro. Em algumas construções, como a dos gasodutos argentinos, foram deixados nas mãos do Brasil, projetos que dizem respeito a segurança nacional da Argentina. O que pode ser visto como uma postura imperialista se analisarmos na ótica do seguinte conceito,

O imperialismo nasce do capitalismo, como diz Virginia Fontes (2010, p 148):

O imperialismo, na acepção leniniana, incorporou a anterior dominação econômica capitalista numa nova dinâmica mais concentrada, e abrangendo o mundo, superpondo-se à forma concorrencial do capital. Não eliminava a concorrência, mas a deslocava sob o peso dos monopólios.

O imperialismo acontece por meio de movimentação no capital, comparando com o caso brasileiro é possível relacionar as políticas do BNDES à medidas imperialistas. por exemplo, o Brasil se insere por meio de empresas, gerando dívidas externas para o país importador e, ao mesmo tempo, monopolizando os segmentos inseridos, tal como citado acima.

Se, para Darcy Ribeiro (1996), a integração teria o objetivo de evitar o imperialismo americano, para Amado Cervo, a intenção do Estado no paradigma era a construção de um "núcleo econômico duro nacional de modo a alçá-lo em termos comparativos ao núcleo forte de nações avançadas e a abrir caminho a sua internacionalização" (CERVO, 2008, p. 86). Ou seja, para a construção deste núcleo visando a internacionalização, seria necessário medidas que em comparação a nações mais avançadas, fossem equivalentes.

Sendo assim, os financiamentos de empresas fora do país por meio do BNDES geraram diversos danos para as

nações que receberam serviços financiados pelos bancos, economias foram prejudicadas e a liberalização do mercado gerou a perda de grandes indústrias nacionais, como também de segurança.

É certo que, em uma tentativa de reverter algumas das mazelas de políticas neoliberais aplicadas anteriormente, o governo Lula prejudicou alguns de seus parceiros, a atratividade de empresas financiadas pelo BNDES para países que necessitavam destes financiamentos foi grande e a competitividade destes não foram suficientes para segurar o avanço brasileiro em certos momentos, gerando alguns danos para suas respectivas economias.

No entanto, ao analisar as políticas sob a ótica de autores citados neste texto não é possível concluir que o Brasil tinha intenções imperialistas nas mesmas, uma vez que o foco estava na recuperação de sua própria economia e estabilização de sua imagem no cenário internacional, garantindo por meio de políticas públicas uma maior integração regional. Portanto, os danos causados pela inserção brasileira deve ser relacionada unicamente à exposição da indústria causada pelo próprio país, contratante do serviço.

Notas

1. Discente em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília

Email:

2. 2015 foi o último ano atualizado na plataforma on-line do BNDES.

3. Andrew Hurrell entende integração regional em 3 diferentes maneiras: i) regionalização (quando não há participação dos estados); ii) consciência e identidades regionais (trata sobre integração por identidade); iii) cooperação regional entre Estados (explicado no texto).

4. Dados retirados do artigo DESENVOLVIMENTO, EXPANSIONISMO E INTEGRAÇÃO REGIONAL. SOUZA, Angelita.

Referências

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL, B. (10 de Março de 2008). **Para América do Sul, liderança brasileira ainda é promessa**. Brasília, DF, Brasil.

Federal, G. (1998-2015). **Consulta a financiamentos à exportação brasileira para obras no exterior**. Brasília: BNDES.

Federal, G. (s.d.). **Estatuto**: BNDES. Acesso em 14 de Novembro de 2019, disponível em BNDES.

Federal, G. (s.d.). **Lei de Criação**: BNDES. Acesso em 14 de Novembro de 2019, disponível em BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/1f474e1b-1a99-48a4-a169-b0ca7982ca39/normas_bndes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IIPvEfP>

Fontes, V.. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil**: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional, 2003.

MARIANO, K. L.. **Regionalismo na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Quem somos?: **BNDES**. (s.d.). Acesso em 14 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **“POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NO GOVERNO LULA”**. Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização, vol. 2, no 1, agosto de 2007, p. 182.

Vigevani, T., & Ramanzini Júnior, H. (2010). Pensamento brasileiro de integração regional. Contexto Internacional.